

**ATA DA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO FORMOSO**

Às dez horas do segundo dia do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, foi realizada a Assembléia Ordinária com os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Formoso no município de Lagoa da Confusão – TO, na sede da Câmara Municipal com a pauta da reunião: Verificação do quórum e abertura de seção; 02. Ordem do dia; 03. Leitura, discussão e aprovação da ATA anterior; 04. Definir sobre os Medidores de Vazão- Hidrômetros (deliberação); 05. Tratar sobre Critérios de Outorga; 06. Definição sobre o Plano de Manejo Preliminar (Até que se faça um diagnóstico atual da Bacia) com período de plantio e de bombeamento alternado; 07. Tratar sobre a Audiência Pública com o Ministério Público. 08. Apresentação dos Pontos de Sessão de Réguas e Sistema de Medidores de Vazão do Volume da água do rio; 09. Definições sobre a cobrança do uso da água na Bacia (pois há um ano houve a deliberação) ; 10. Definição da agenda para o ano de 2017; 11. Levantamento de pauta para próxima assembleia. A pós verificar o quórum, a Presidente do CBH-RF Pedromária Batista de Melo fez a abertura da reunião agradecendo aos presentes e, em seguida inicia um debate sobre medidores de vazão e outorga. O senhor Enio fala sobre as dificuldades das instalações de hidrômetro. Aldo informa que este debate aconteceu em outras assembleias de forma que a partir da instalação dos hidrômetros podemos quantificar as captações de água e os produtores adequarem as outorgas. Vanessa do Naturatins fala sobre a portaria de 2012, com 2 anos de adiamentos, informa também que a instalação de medidores não irá prejudicar os produtores tornando mais verdadeira a captação de água. Fausto Garcia afirma que com a instalação dos medidores a bacia terá um grande avanço, com a quantificação mais aproximada da captação, solicita ainda um demonstrativo de valores para cobrança, indica que a cobrança pode apoiar o comitê. Aldo demonstra e explica os cálculos da cobrança por valor outorgado, fala que o valor esta estabelecido abaixo dos valores cobrados no país, e que estes recursos devem

ser geridos dentro da própria bacia. Inicia uma discussão de cálculos de valores entre os proprietários. Fausto Garcia diz que caso a cobrança cause problemas aos proprietários ou inviabilize seus projetos os valores podem ser novamente discutidos e definidos. Enio fala que pagaria 150 mil por ano. Fabio Pujou fala que em discussões anteriores não havia nenhum produtor que pagaria mais de 30 mil por ano. Farencena, em particular, calcula o valor aproximado para Enio. Pedromária solicita construção da normativa que delibera sobre os valores e mecanismos da cobrança na bacia hidrográfica do rio Formoso. Professor Jair inicia a leitura da minuta. Das considerações: a plenária indica que os artigos 1º, 2º e 3º são dispensáveis, o artigo 4º refere-se a portaria 334 de 2012 do Naturatins. Com relação a cálculo de vazão Vanessa fala que o Naturatins deve fazer o cálculo e professor Jair completa indicando que este assunto poderá ter o apoio da câmara técnica do comitê. Pedromária e a plenária definem que a deliberação é exclusiva à instalação dos medidores de vazão e pontos de captação de águas superficiais na área de abrangência da Bacia do rio Formoso. Das deliberações: Senhor Julio sugere o texto para o artigo 1º que define a obrigatoriedade da instalação dos medidores de vazão e quem vai pagar. Alexandre sugere acrescentar parágrafo único para organizar o texto e indicar que os procedimentos deverão seguir regras e normas do Naturantins. Farencena sugere informar o prazo para que a instalação ocorra e o prazo de vigência. Fausto Garcia acredita que após a audiência pública o comitê terá algo mais concreto para definir prazos e datas, Pedromária fala que o comitê deve apresentar datas antes da audiência. Fausto Garcia exemplifica contando de outras regiões que se beneficiaram com a instalação dos medidores sendo assim os produtores que demorarem a instalar ficarão prejudicados. Ficando definido então, a data de 30 de maio para instalação dos hidrômetros. Rosilene sugere que os hidrômetros deverão ser certificados pelo Imetro. Professor Jair fala sobre a competência do comitê com relação a gestão dos recursos hídricos, que as decisões no âmbito da bacia hidrográfica devem ser feitas única e exclusivamente pelo comitê. Marta lê o documento do início ao final. A presidente coloca em votação, com 19 votos a favor dos 23

membros presentes a deliberação normativa fica aprovada. Intervalo para almoço.

Os critérios de outorga não foram definidos, será definida pela câmara técnica numa próxima reunião marcada para o dia seis de fevereiro de 2017 na sala de reunião da SEMARH. Pedromária solicita trabalhar com o cronograma de plantio (plano de manejo) Wagno Milhomem informa que associação do vale do urubu está construindo plano safra e plano entre - safra, solicita definir data para discussão com a câmara técnica do comitê. Fica definido apresentação dos dados na data de 30 de março, com retorno da câmara técnica de até 10 dias. No caso da audiência pública com o Ministério Público a presidente do CBHFR solicita orientação da plenária. Reginaldo conta um pouco sobre o histórico da lagoa da confusão informa ser morador antigo, conta de enchentes em anos anteriores, e a atual perenização dos lagos provenientes das áreas de preservação nos projetos, compara áreas sem projetos e áreas com projetos na bacia do rio Formoso. Professor Jair fala sobre estudos da UFT que apresentam alternativas com a construção de mais barramentos. Wagno Milhomem “os argumentos já foram apresentados temos que apresentar propostas na audiência”. Por fim a presidente acredita estarem todos “afinados”. Wagno Milhomem fala dos aspectos a serem citados na audiência: Aspectos legais da política nacional da política; Regularidade ambiental da policita e aspectos hídricos; Do histórico da oferta de demanda hídrica; Dos investimentos públicos e privados. Propostas do setor agrícola. Nesta hora o comitê deve chamar a responsabilidade pra si, para quando ocorrer novos conflitos as autoridades devem comunicar primariamente ao comitê. Ainda nesta audiência pública devemos falar sobre aspectos financeiros (multas naturatins). Nelsom fala sobre o regime hídrico do rio formoso “os produtores precisam ter bom senso na captação de água”. Fala que no mês de agosto produtores da região do Formoso do Araguaia estão bombeando água do rio para reservatórios clandestinamente. Precisa ser realmente fiscalizado! Wagner (indígena) comenta sobre a diferença de água nos diferentes pontos do rio e o “Javaé está secando!, nós precisamos nos unir para garantir o futuro

da gerações” O item nove da pauta não poderá ser definido agora. Definição da agenda para o ano de 2017: 1º assembleia ordinária dia 31 de março, 2ª assembleia ordinária dia 09 de Junho, 3ª assembleia ordinária dia 15 de setembro e finalmente 4ª assembleia ordinária dia 1 de dezembro. Palavra livre: Professora Santa fala ”estamos instalando na escola um curso de capacitação técnico na área de recursos hídricos e meio ambiente, pois vimos que isso é importante, vamos precisar de ajuda do poder público e produtores. Para que possamos no futuro termos segurança, a educação para nosso jovem é a garantia do futuro”(resalta) “se as empresas brasileiras ajudarem a educar, o nosso país, num curto período de tempo, será um potencia”. Raul Tuiris comunidade Krao, solicita participação uma cadeira no comitê,”estamos aqui para colaborar e podemos ajudar, mais também vamos cobrar” a presidente informa que existe vaga. Vanessa Sardinha fala como vai atuar na audiência pública com o Ministério Público. Aldo fala sobre o avanço no setor de hidrometeorologia várias estações para monitoramento na bacia.

Estando de acordo, firmamos presente ata por meio da lista de presença em anexo.

Lagoa da Confusão – TO, 02 de dezembro de 2016.